

**COMISSÃO EXTERNA SOBRE OS ATOS DE PIRATARIA E AGENDA DO “BRASIL
LEGAL”****REQUERIMENTO Nº /2026**

Requer a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com o objetivo de retomar o debate sobre os impactos da pirataria no mercado de apostas online.

Prezados Senhores,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, nesta Comissão, com o objetivo de retomar o debate sobre os impactos da pirataria no mercado de apostas online.

Solicito, assim, sejam convidados:

- Lincoln Gakiya, Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP);
- Representante do Ministério Público Federal;
- Dennis Cali, Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado e à Corrupção (DICOR) da Polícia Federal;
- Giovanni Rocco, Secretário Nacional de Apostas Esportivas e Desenvolvimento Econômico do Esporte (SNAEDE) do Ministério do Esporte;
- Daniele Correa Cardoso, Secretária de Prêmios e Apostas (SPA) do Ministério da Fazenda;
- Carlos Lima, Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR);
- Plínio Lemos Jorge, Presidente da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL);
- Letícia Ferraz, Diretora-Executiva do Laboratório de Direitos Humanos e Novas Tecnologias (Labsul);
- Rodrigo Marinho, Diretor-Executivo do Instituto Livre Mercado (ILM); e
- Vital do Rêgo Filho, Ministro e Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).
- Eric Brasil - Doutor e Mestre em economia pela USP - Diretor da LCA e especialista em Regulação e Políticas Públicas





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268380237200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Julio Lopes



Apresentação: 06/07/2026 13:27:16.763 - CEXBRL

REQ n.29/2026

JUSTIFICAÇÃO

Na audiência pública realizada no dia 24 de março por esta Comissão Externa, verificou-se significativa divergência entre os dados apresentados por representantes do Governo Federal e pelas entidades do setor acerca da dimensão do mercado ilegal de apostas online no Brasil. Enquanto o Governo citou estimativas de que até 70% das apostas já estariam no mercado legal, associações do setor apontaram que a pirataria ainda domina cerca de metade do mercado.

Diante dessa discrepância, entendemos ser necessário aprofundar o debate para esclarecer as divergências verificadas e buscar um diagnóstico mais preciso sobre a dimensão da pirataria no setor, condição indispensável para o aperfeiçoamento das políticas públicas e das ações de fiscalização.

Assim, a realização de nova audiência pública permitirá reunir especialistas e representantes dos setores público e privado para discutir as metodologias utilizadas, dirimir as divergências identificadas e contribuir para a construção de medidas mais eficazes de combate às plataformas ilegais, em consonância com os objetivos da Comissão Externa do Brasil Legal.

Deputado JULIO LOPES (PP - RJ)

Sala das Comissões, em de de 2026.

